

**NOTA**

---

de Praesidium

para Convenção

---

**Assunto: Vida democrática da União**

---

**Parte I da Constituição, Título VI : Vida democrática da União**

**Conteúdo do documento:**

- **Página 2: Principais elementos**
- **Página 4: Quadro indicativo: artigos propostos relativos à vida democrática em comparação com os Tratados existentes**
- **Página 5: Textos dos artigos 33.º a 37.º**
- **Página 8: Artigos 33.º a 37.º comentados**

## **I. Principais elementos**

1. Um dos elementos essenciais da declaração de Laeken é a questão de saber como reforçar a legitimidade democrática e a transparência das Instituições. Desde o início dos trabalhos da Convenção tornaram-se patentes as fortes expectativas dos cidadãos no que respeita à transparência do processo legislativo da União e a uma maior aproximação desta em relação aos cidadãos, nomeadamente, por meio do diálogo entre as Instituições e os cidadãos sobre as actividades da União, através das associações e da sociedade civil.
2. Os projectos de artigos 33.º a 37.º, respeitantes à vida democrática da União, estabelecem um certo número de princípios que permitem ao cidadão compreender que pode:
  - contribuir para a elaboração das decisões da União;
  - acompanhar o processo decisório da União e, por conseguinte, avaliá-lo.
3. O primeiro, ou seja, o projecto de artigo 33.º, é um texto novo que estabelece o princípio segundo o qual os cidadãos são iguais perante as Instituições da União. O projecto de artigo 34.º, que enuncia os elementos essenciais da democracia participativa, destina-se a enquadrar e a dar conteúdo ao diálogo já amplamente instaurado entre as Instituições e a sociedade civil.
4. O projecto de artigo 35.º descreve o papel do Provedor de Justiça Europeu, retomando elementos do n.º 1 do artigo 195.º do TCE.
5. O projecto de artigo 35.º-A, que descreve o papel dos partidos políticos a nível europeu, baseia-se no artigo 191.º do TCE.
6. O projecto de artigo 36.º, que estabelece a transparência dos trabalhos das Instituições da União, retoma elementos do artigo 1.º do TUE respeitantes à tomada de decisões da forma mais aberta possível e prevê que o processo conducente à aprovação das leis e leis-quadro europeias será transparente: serão públicas as sessões do Parlamento Europeu e do Conselho durante esse processo. Este artigo integra também as disposições do artigo 255.º do TCE referentes ao direito de acesso dos cidadãos aos documentos das Instituições.

7. O projecto de artigo 36.º-A destina-se a criar uma base jurídica única para a protecção dos dados pessoais, tanto por parte das Instituições como por parte dos Estados-Membros, no exercício de actividades sujeitas à aplicação do direito da União. O texto baseia-se no regime comunitário actual, que resulta da Directiva 95/46 de 24 de Outubro de 1995, relativa à protecção de dados (baseada no artigo 95.º do TCE), no que respeita à acção dos Estados-Membros, bem como do artigo 286.º do TCE, no que respeita às Instituições da União.
8. O projecto de artigo 37.º integra a Declaração N.º 11 anexa ao Tratado de Amesterdão, relativa ao estatuto das Igrejas e das organizações não confessionais, introduzindo um novo número respeitante ao diálogo das Instituições europeias com essas Igrejas e organizações (paralelismo com o diálogo com as associações e a sociedade civil estabelecido no projecto de artigo 34.º).
9. O anteprojecto de Outubro (CONV 369/02) previa para o Título VI uma série de artigos sobre a lei eleitoral uniforme para a eleição do Parlamento Europeu e as regras de votação das Instituições da União. O Praesidium considera agora que esses artigos podem enquadrar-se no Título IV "Instituições da União".

## II. Quadro indicativo: artigos propostos relativos à vida democrática em comparação com os Tratados existentes

	Artigos novos	Artigos que retomam disposições dos Tratados existentes, quer parcialmente quer com alterações substanciais,	Artigos retomados dos Tratados existentes, sem alteração ou com pequenas alterações
<u>Artigo 33.º</u> : Princípio da igualdade democrática	✓		
<u>Artigo 34.</u> : Princípio da democracia participativa	✓		
<u>Artigo 35.</u> : Provedor de Justiça Europeu		✓	
<u>Artigo 35. –A</u> : Partidos políticos a nível europeu		✓	
<u>Artigo 36.</u> : Transparência dos trabalhos da União		✓	
<u>Artigo 36.–A</u> : Protecção de dados pessoais		✓	
<u>Artigo 37</u> : Estatuto das Igrejas e das organizações não confessionais		*	

\* Declaração nº 11 anexa ao Tratado de Amesterdão

**N.B.** As observações da secção IV do documento indicam em que medida cada um dos projectos de artigos se baseia num ou em vários artigos existentes, bem como todas as alterações ou eventuais novos elementos. Para uma ideia precisa do fundamento dos artigos, consultar as observações.

**TEXTOS DOS ARTIGOS 33.º A 37.º**

**Artigo 33.º: Princípio da igualdade democrática**

O funcionamento da União baseia-se no princípio da igualdade dos cidadãos, que beneficiam de igual atenção por parte das Instituições da União.

**Artigo 34.º: Princípio da democracia participativa**

1. Todos os cidadãos têm o direito de participar na vida democrática da União.
2. As Instituições da União, recorrendo aos meios adequados, darão aos cidadãos e às associações representativas a possibilidade de expressarem e partilharem publicamente os seus pontos de vista sobre todos os domínios de acção da União.
3. As Instituições da União estabelecerão um diálogo aberto, transparente e regular com as organizações representativas e com a sociedade civil.

**Artigo 35.º: Provedor de Justiça Europeu**

É nomeado um Provedor de Justiça incumbido de receber queixas respeitantes a casos de má administração nas Instituições da União, bem como de proceder a inquéritos e apresentar relatórios sobre essas queixas.

**Artigo 35.º-A: Partidos políticos a nível europeu**

Os partidos políticos a nível europeu contribuem para a formação da consciência europeia e para a expressão da vontade política dos cidadãos da União.

## **Artigo 36.º: Transparência dos trabalhos das Instituições da União**

1. A fim de promover a boa governação e assegurar a participação da sociedade civil, a actuação das Instituições da União pautar-se-á pelo máximo respeito possível do princípio de abertura.
2. As sessões do Parlamento Europeu são públicas, assim como as do Conselho, sempre que delibere sobre uma proposta legislativa.
3. Qualquer cidadã ou cidadão da União ou qualquer pessoa singular ou colectiva com residência num Estado-Membro goza do direito de acesso aos documentos – seja qual for a forma em que foram produzidos – do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, bem como das agências e órgãos criados por essas Instituições.
4. Os princípios gerais, as condições e os limites que, por razões de interesse público ou privado, regem o exercício do direito de acesso aos documentos são definidos pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, de acordo com o processo legislativo.
5. Cada Instituição, agência ou órgão a que se refere o n.º 2 define, no respectivo regulamento interno, disposições específicas sobre o acesso aos seus documentos.

## **Artigo 36.º-A: Protecção de dados pessoais**

1. Todas as pessoas têm direito à protecção dos dados de carácter pessoal que lhes digam respeito.
2. O Parlamento e o Conselho aprovam, de acordo com o processo legislativo, as normas relativas à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas Instituições e órgãos da União, bem como pelos Estados-Membros no exercício de actividades sujeitas à aplicação do direito da União, e à livre circulação desses dados.

### **Artigo 37.º: Estatuto das Igrejas e das organizações não confessionais**

1. A União Europeia respeita e não afecta o estatuto de que gozam, ao abrigo do direito nacional, as Igrejas e associações ou comunidades religiosas nos Estados-Membros.
2. A União Europeia respeita igualmente o estatuto das organizações filosóficas e não confessionais.
3. A União estabelecerá um diálogo regular com as referidas Igrejas e organizações, no reconhecimento da sua identidade e do seu contributo específico.

\*

\*            \*

**ARTIGOS 33.º A 37.º COMENTADOS****Artigo 33.º: Princípio da igualdade democrática**

O funcionamento da União baseia-se no princípio da igualdade dos cidadãos, que beneficiam de igual atenção por parte das Instituições da União.

**Observações :**

*O artigo 33.º introduz o princípio geral da igualdade dos cidadãos perante as Instituições europeias, que devem tê-lo em conta nas suas relações com os cidadãos europeus.*

**Artigo 34.º : Princípio da democracia participativa**

1. Todos os cidadãos têm o direito de participar na vida democrática da União.
2. As Instituições da União, recorrendo aos meios adequados, darão aos cidadãos e às associações representativas a possibilidade de expressarem e partilharem publicamente os seus pontos de vista sobre todos os domínios de acção da União.
3. As Instituições da União estabelecerão um diálogo aberto, transparente e regular com as organizações representativas e com a sociedade civil.

**Observações :**

1. *Este artigo destina-se a enquadrar e a dar conteúdo ao diálogo já amplamente instaurado entre as Instituições e a sociedade civil (assinale-se que o diálogo social se enquadra na Parte II da Constituição, nas disposições respeitantes à política social, tal como acontece no TCE).*
2. *O n.º 2 diz respeito aos fóruns, "chats" na Internet e outros mecanismos do género já criados pelas Instituições.*
3. *No n.º 3, as associações são mencionadas a par da sociedade civil, visto que existem associações de natureza diferente da sociedade civil (associações patronais e organizações sindicais de trabalhadores, associações representativas dos interesses das regiões e das autarquias locais, etc.).*



## **Artigo 35.º: Provedor de Justiça Europeu**

É nomeado um Provedor de Justiça incumbido de receber queixas respeitantes a casos de má administração nas Instituições da União, bem como de proceder a inquéritos e apresentar relatórios sobre essas queixas.

### **Observações :**

*Este artigo, baseado no artigo 195.º do TCE, permite ao cidadão saber que tem possibilidade de recurso contra a má administração. As disposições de pormenor figurarão na Parte II da Constituição.*

## **Artigo 35.º-A: Partidos políticos a nível europeu**

Os partidos políticos a nível europeu contribuem para a formação da consciência europeia e para a expressão da vontade política dos cidadãos da União.

### **Observações**

*Este artigo inspira-se no artigo 191.º do TCE e na formulação do n.º 2 do artigo 12.º da Carta.*

## **Artigo 36.º: Transparência dos trabalhos das Instituições da União**

1. A fim de promover a boa governação e assegurar a participação da sociedade civil, a actuação das Instituições da União pautar-se-á pelo máximo respeito possível do princípio de abertura.
2. As sessões do Parlamento Europeu são públicas, assim como as do Conselho, sempre que delibere sobre uma proposta legislativa.

3. Qualquer cidadã ou cidadão da União ou qualquer pessoa singular ou colectiva com residência num Estado-Membro goza do direito de acesso aos documentos – seja qual for a forma em que foram produzidos – do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, bem como das agências e órgãos criados por essas Instituições.
4. Os princípios gerais, as condições e os limites que, por razões de interesse público ou privado, regem o exercício do direito de acesso aos documentos são definidos pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, de acordo com o processo legislativo.
5. Cada Instituição, agência ou órgão a que se refere o n.º 3 define, no respectivo regulamento interno, disposições específicas sobre o acesso aos seus documentos.

**Observações:**

1. *O n.º 1 indica que, tendo como objectivo uma boa administração, as Instituições da União tomam as suas decisões de forma tão aberta quanto possível (é retomada a noção de abertura do segundo parágrafo do artigo 1.º do TUE ("O presente Tratado assinala uma nova etapa no processo de criação de uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa, em que as decisões serão tomadas de uma forma tão aberta quanto possível e ao nível mais próximo possível dos cidadãos").*
2. *O n.º 2 deste artigo diz respeito à transparência dos trabalhos legislativos do Parlamento e do Conselho. A referência, no primeiro período, à "deliberação do Conselho" destina-se a abranger toda a fase de deliberação legislativa do Conselho, desde o primeiro debate do Conselho sobre um projecto legislativo até à aprovação deste. Caso a Convenção decida recomendar a criação de um Conselho legislativo, haverá que especificar a referência ao Conselho neste número.*
3. *O n.º 3 baseia-se no artigo 255.º do TCE e no artigo 42.º da Carta dos Direitos Fundamentais. Estes textos são completados com o alargamento do direito de acesso aos documentos aos documentos das agências e órgãos criados pelo legislador, em conformidade com a Declaração Conjunta relativa ao Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de Maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão (JO L 145 de 31.5.2001, p. 43). Com efeito, esta declaração conjunta estipula que: "O Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão acordam em que as agências e órgãos similares criados pelo legislador devem aplicar, em matéria de acesso aos seus documentos, regras conformes ao presente regulamento. [...]"*

4. *O n.º 4 deste artigo baseia-se no n.º 2 do artigo 255.º, numa versão actualizada quanto à referência ao processo e com supressão do prazo estipulado para a definição das modalidades. O texto retoma igualmente o termo "condições", segundo a definição do objectivo do Regulamento N.º 1049/2001 feita na alínea a) do artigo 1.º. O n.º 2 do artigo 255.º estipula que: "Os princípios gerais e os limites...serão definidos pelo Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, no prazo de dois anos a contar da data de entrada em vigor do Tratado de Amesterdão. "*
5. *O último número baseia-se no n.º 3 do artigo 255.º.*

### **Artigo 36.º-A: Protecção de dados pessoais**

1. Todas as pessoas têm direito à protecção dos dados de carácter pessoal que lhes digam respeito.
2. O Parlamento e o Conselho aprovam, de acordo com o processo legislativo, as normas relativas à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas Instituições e órgãos da União, bem como pelos Estados-Membros no exercício de actividades sujeitas à aplicação do direito da União, e à livre circulação desses dados.

#### **Observações:**

1. *Artigo geral sobre a protecção dos dados pessoais que permite criar uma base jurídica única tanto para a protecção de dados pelas Instituições como pelos Estados-Membros (no exercício de actividades sujeitas à aplicação do direito da União).*
2. *O n.º 1 retoma o n.º 1 do artigo 8.º da Carta dos Direitos Fundamentais: "Todas as pessoas têm direito à protecção dos dados de carácter pessoal que lhes digam respeito. "*
3. *O n.º 2 baseia-se no regime comunitário actual (Directiva 95/46 relativa à protecção de dados<sup>1</sup>, baseada no artigo 95.º do TCE para a acção dos Estados-Membros e no artigo 286.º do TCE no que respeita às Instituições).*

---

<sup>1</sup> Directiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995, relativa à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, JO L 281 de 23.11.95, p. 31.

*Pro memoria: Texto do artigo 286.º do TCE:*

*"1. A partir de 1 de Janeiro de 1999, os actos comunitários relativos à protecção das pessoas singulares em matéria de tratamento de dados de carácter pessoal e de livre circulação desses dados serão aplicáveis às Instituições e órgãos instituídos pelo presente Tratado, ou com base nele.*

*Antes da data prevista no n.º 1, o Conselho, deliberando nos termos do artigo 251.º, criará um órgão independente de supervisão, incumbido de fiscalizar a aplicação dos citados actos comunitários às Instituições e órgãos da Comunidade e adoptará as demais disposições que se afigurem adequadas. "*

*Pro memoria, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º da Directiva 95/46, "a presente directiva não se aplica ao tratamento de dados pessoais...efectuado no exercício de actividades não sujeitas à aplicação do direito comunitário, tais como as previstas nos títulos V e VI do Tratado da União Europeia, ...".*

4. *A questão da criação de uma base jurídica única para a protecção de dados pessoais foi levantada aquando da redacção dos artigos JAI, e em especial do artigo 21.º (Capítulo 4, cooperação policial) da Parte II do Tratado. Nas observações relativas ao projecto de artigo 21.º (CONV 614/03, página 31), indica-se que o artigo 30.º do TUE, do qual decorre no essencial a redacção do artigo 21.º, prevê que o intercâmbio de informações entre os serviços nacionais e entre estes e a Europol se processa "sob reserva das disposições adequadas relativas à protecção dos dados de carácter pessoal" e que, nesta base, foram incluídas nos diversos instrumentos do "Terceiro Pilar" disposições sobre protecção de dados. Explica-se que, em vez de fazer uma referência explícita a essa matéria no artigo 21.º, a fim de conferir fundamentação jurídica à manutenção e ao desenvolvimento de tais disposições no domínio do actual "Terceiro Pilar", parece mais lógico, na sequência da supressão dos pilares, permitir a criação de um regime geral de protecção dos dados pessoais, que abranja tanto o regime comunitário actual ( a Directiva 95/46, relativa à protecção de dados, baseada no artigo 95.º do TCE para a acção dos Estados-Membros e no artigo 286.º do TCE para a das Instituições) como a acção no âmbito do actual Terceiro Pilar.*

## **Artigo 37.º: Estatuto das Igrejas e das organizações não confessionais**

1. A União Europeia respeita e não afecta o estatuto de que gozam, ao abrigo do direito nacional, as Igrejas e associações ou comunidades religiosas nos Estados-Membros.

2. A União Europeia respeita igualmente o estatuto das organizações filosóficas e não confessionais.
3. A União estabelecerá um diálogo regular com as referidas Igrejas e organizações, no reconhecimento da sua identidade e do seu contributo específico.

### **Observações**

1. *Os n.ºs 1 e 2 retomam na íntegra a Declaração N.º 11, anexa ao Tratado de Amesterdão, relativa ao estatuto das Igrejas e das organizações não confessionais.*
2. *O n.º 3 especifica que a União estabelecerá um diálogo com as Igrejas e organizações a que se referem os n.ºs 1 e 2 (tal como com as associações e a sociedade civil, ver artigo 34.º).*

=====